

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1581966 - MG  
(2019/0271931-9)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : RODOFORTE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO OLIVEIRA CHALFUN - MG081424**  
**ANTONIO CHALFUN - MG034968N**  
**CHALFUN ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**SHIRLEY DOS REIS TEODORO - MG126999**  
**AGRAVADO : EXPRESSO NEPOMUCENO S/A**  
**ADVOGADOS : JULIANO FERNANDO SOARES - MG134195**  
**BARBARA COTTA BARRETO - MG186582**  
**FLAVIO COUTO BERNARDES - MG063291N**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE QUE NEGA SEGUIMENTO AO APELO NOBRE COM BASE NO ART. 1.030, I, *B*, DO NCPC. ART. 1.030, § 2º, DO NCPC. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PREVISTO NO ART. 1.042 DO NCPC. ERRO GROSSEIRO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Esta Corte entende ser inadmissível agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmite o apelo nobre com base no art. 1.030, I, *b*, do NCPC, hipótese em que seria cabível o agravo interno para o próprio Tribunal estadual.

3. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, quando a segunda instância inadmitir o recurso especial com base em recurso repetitivo, constitui erro grosseiro, uma vez que o recurso cabível é o agravo interno. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator